

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ARTICULADAS ENTRE O PROFESSOR REGENTE E O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Leticia Batista Silva Berger
Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação
Universidade Federal do Espírito Santo

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos estudantes público-alvo da Educação Especial, currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegurando a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “[...] possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (BRASIL, 1996, art. 24, inciso V) e “[...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (BRASIL, 1996, art. 37).

Desta forma, o presente estudo de mestrado traz o seguinte questionamento para sua constituição: que práticas pedagógicas podem ser compostas entre o professor regente e o de Educação Especial, em função colaborativa, visando o acesso ao currículo escolar pelos alunos público-alvo da Educação Especial, matriculados no Ensino Fundamental II de uma unidade de ensino de Vila Velha-ES?

Este questionamento surge a partir das dificuldades em sistematizar trabalhos colaborativos entre professor regente e do professor de Educação Especial, culminando em barreira para acesso ao currículo escolar pelos alunos público-alvo da Educação Especial, matriculados no Ensino Fundamental II.

Nas últimas décadas, observamos crescimentos nas políticas de inclusão, logo, podemos dizer de matrículas dos alunos nas salas de aula comuns, movimentos em favor da formação de professores e composição de redes de apoio. Encontramos experiências enriquecedoras, mas também desafios, dentre eles, a necessidade de maior articulação entre as ações entre professores regentes e de Educação

Especial, situação tensionada por estudos de vários grupos de pesquisa (ALMEIDA, 2004; JESUS, 2005; MENDES, VIRALONGA, 2014).

Mediante a necessidade de articular as ações ente os profissionais da Educação visando o acesso aos currículos escolares pelos alunos, Almeida e Ramos (2012) discutem a proposta do trabalho colaborativo na forma do ensino multiníveis, possibilitando ao professor trabalhar com atividades em níveis de ensino diferenciados, partindo sempre do contexto da turma, considerando todos os alunos em seu coletivo.

O exercício do professor de Educação Especial, em trabalho colaborativo, considera, dentro do espaço educativo, uma rica diversidade de possibilidades pedagógicas, respeitando as especificidades de cada estudante, através da construção de um currículo numa perspectiva que todos aprendam juntos, recebendo, o acompanhamento necessário ao seu desenvolvimento global e criando sentidos de igualdade, reciprocidade e equidade visando o sucesso escolar.

A inclusão é um processo cheio de imprevistos, sem receitas prontas e que exige aperfeiçoamento constante. Assim, a reflexão e ação constante da prática pedagógica entre professor regente e professor de Educação Especial constituem uma nova identidade profissional e um novo fazer pedagógico, pois reinventar nossas práticas e linhas de pensamento faz parte do espaço educacional.

Segundo Almeida e Ramos (2012), todo aquele que não segue um padrão exigido pela sociedade passa a ser visto como não propenso à convivência escolar e incapaz de aprender. Este olhar faz com que o aluno vivencie, dentro da própria escola, momentos de exclusão no que se diz respeito à apropriação do conhecimento.

O professor de Educação Especial em função colaborativa pode colaborar com a mudança das percepções dos professores regentes e dos demais funcionários do ambiente educacional sobre o processo de escolarização dos alunos, vislumbrando-o de maneira prospectiva, tendo como premissa o direito de acesso ao conhecimento. Temos um espaço privilegiado que nos possibilita ressignificar o papel da escola visando processos de inclusão que possibilitem novos

conhecimentos, outras práticas de aprendizagem e processos de avaliação, pautados em pedagogias diferenciadas, como defende Arroyo (2013).

Por isso, há de se pensar que, no contexto social atual, a escola pública se constitui de desafios que envolvem o acesso dos alunos da Educação Especial nas ações planejadas e desenvolvidas nas classes comuns, mas também ações que zelem pela permanência no espaço da escola, envolvendo investimentos na formação dos profissionais envolvidos e tantos outros elementos que caracterizam a complexa materialidade do movimento de inclusão educacional.

Diante do exposto, para desenvolvimento deste estudo, apontamos a perspectiva metodológica da pesquisa-ação colaborativo-crítica, pois ao mesmo tempo em que reconhece a existência de situações desafiadoras que demandam pesquisas, críticas, interpretações, reflexões e análises, propõe, ao pesquisador, a constituição coletiva de linhas de pensamento e de ação que buscam novos encaminhamentos para a realidade investigada (JESUS; VIEIRA; EFFGEN, 2014).

A partir dos pressupostos da pesquisa-ação colaborativo-crítica, o estudo se realiza a partir das algumas frentes de trabalho. Inicialmente, solicitação à Secretaria de Educação de Vila Velha-ES para realização do estudo, bem como da unidade de ensino eleita como campo de pesquisa. Nessa etapa, encaminharemos um ofício, juntamente com o projeto de pesquisa para apreciação dos órgãos competentes.

A segunda fase se dará pela via do levantamento de documentos nacionais, municipais e da própria escola que retratem a trajetória da Educação Especial no Município de Vila Velha-ES. Em âmbito local, buscamos por documentos que retratem os direcionamentos adotados para o trabalho da Educação Especial nas escolas municipais; quantitativo de matrículas; condições dos estudantes; número de professores e políticas de formação continuada e redes de apoio à escolarização dos alunos.

Nesta fase, também trabalharemos com a observação do cotidiano da escolar, visando entender como são mediadas as práticas pedagógicas que envolvem a escolarização dos alunos, buscando compreender as questões que atravessam o trabalho da Educação Especial na escola. Além da participação ativa nos momentos de planejamento coletivo e de formação continuada, visando pensar com o grupo,

outras práticas pedagógicas que venham favorecer o acesso ao currículo escolar pelos alunos.

Para tanto, a atuação colaborativa com os profissionais da escola também faz parte dessa fase do estudo, objetivando enriquecer o trabalho pedagógico realizado na sala de aula comum, pela via da construção de recursos didáticos e outras práticas pedagógicas possíveis para envolvimento dos alunos nas ações planejadas e desenvolvidas pelos professores. Por último, faremos a entrevistas semiestruturadas com os profissionais da escola para compreender as práticas organizativas da escola no tocante a escolarização de alunos público alvo da Educação especial.

Como campo de pesquisa, elegemos uma Escola Municipal de Ensino Fundamental em Vila Velha-ES, focando as turmas de Ensino Fundamental II com matrícula de alunos público-alvo da Educação Especial, totalizando 20 estudantes com deficiência intelectual. O estudo envolve professores do ensino comum, pedagogos e profissionais da Educação Especial que atuam com os alunos público-alvo da Educação Especial na área da deficiência intelectual.

Será utilizado como instrumentos de coleta de dados, o roteiro semiestruturado das entrevistas, o diário de campo, gravador e máquina fotográfica. O período de coleta de dados será de fevereiro a dezembro de 2019, assinando, os envolvidos, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Como resultados, busca-se compor um conjunto de alternativas que fortaleçam a articulação entre o professor regente e o professor de Educação Especial, bem como práticas pedagógicas, compostas no coletivo da escola, visando acesso ao currículo pelos alunos. Com o estudo, pensa-se em colocar em análise linhas de pensamento que inferiorizam os alunos público-alvo da Educação Especial, ainda presentes nos cotidianos escolares.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mariângela Lima de. **Formação continuada como processo crítico-reflexivo-colaborativo**: possibilidades de construção de uma prática inclusiva.

2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.

ALMEIDA, Mariangela Lima de; RAMOS, Inês de Oliveira. **Diálogos sobre Práticas Pedagógicas Inclusivas**. Curitiba: Appris, 2012.

ARROYO, Miguel. **Currículo: território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 de dez. 1996. Seção 1.

JESUS, Denise Meyrelles de. Formação continuada: construindo um diálogo entre teoria, prática, pesquisa e educação inclusiva. In: JESUS, Denise Meyrelles de; BAPTISTA, Claudio Roberto; VICTOR, Sonia Lopes (Org.). **Pesquisa e educação especial: mapeando produções**. Vitória: Edufes, 2005. p. 203-218.

JESUS, Denise Meyrelles de; VIEIRA, Alexandro Braga; EFFEGEN, Ariadna Pereira Siqueira. Pesquisa-ação colaborativo-crítica: em busca de uma epistemologia. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, jul./set. 2014, p. 771 - 788.

MENDES, Enicéia Gonçalves; VIRALONGA, Carla Ariela Rios. Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (Online)**, Brasília, v. 95, n. 239, jan./abr.2014, p. 139-151.